

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR DO
SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
DO PODER EXECUTIVO



Ordem de Execução de Serviços - OS nº 181/2024/COCAQ/GELOG/DIRAD 03750.010305.000315/2024-59

DAS PARTES:

CONTRATANTE: Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – Funpresp-EXE
CNPJ: 17.312.597/0001-02
Endereço: Edifício Corporate Financial Center – SCN – Quadra 02 – Bloco A – 2º andar, salas 201 a 204 -
CEP: 70.712-900
Fone: (061) 2020-9700

CONTRATADA: COMPLIANCE TOTAL CONSULTORIA LTDA
CNPJ: 52.312.652/0001-65
Endereço: Av. Carlos Gomes, n.º 466, sala 501-B, Porto Alegre/RS
CEP: 90.480-000
Contato: guilherme.scapin@compliancetotal.com.br

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ordem de Execução de Serviços tem por objeto a contratação de Capacitação "Treinamento para Comissão de Ética" para os integrantes da Comissão de Apuração Ética e Disciplinar de Dirigentes (CAEDD) e para os profissionais da Coordenação de Secretariado e Órgãos Colegiados (COSEC) e Ouvidoria (OUVIR) da Funpresp-Exe, ofertado pela empresa COMPLIANCE TOTAL CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.312.652/0001-65 doravante denominada Compliance Total ou Proponente, com sede em Av. Carlos Gomes, n.º 466, sala 501-B, Porto Alegre/RS, a ser realizado no dia 25 de novembro de 2024, em formato *online* e por videoconferência, com carga horária de 3 (três) horas.

2. DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. Para a execução desse serviço, a Funpresp-Exe pagará a Universidade Corporativa da Previdência Complementar - Uniabrapp, o valor global é de **R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais)**, em conformidade com as informações constantes no item 3.1.1 "Treinamentos ao vivo e online para o Comitê de Ética" na proposta anexada ao processo 0186018.

2.2. O pagamento será realizado a partir do recebimento da nota fiscal/fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada e os documentos de pagamento deverão ser encaminhados para os e-mails gelog.pagamentos@funpresp.com.br e codes.gepes@funpresp.com.br.

2.3. Antes de cada pagamento será verificada, junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF –, a regularidade fiscal da contratada perante o INSS e o FGTS.

2.4. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada perante o INSS e o FGTS será providenciada sua notificação, por escrito, para que, apresente defesa para que, no prazo fixado pelo fiscal da contratação, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, a critério da contratante.

2.5. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação fiscal.

2.6. Poderá ser rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade ou outro de interesse da Funpresp-Exe de alta relevância, devidamente justificado e, em qualquer caso, aprovado pela Diretoria Executiva da Funpresp-Exe.

2.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Funpresp-Exe.

2.8. A empresa a ser contratada deverá informar, quando da assinatura do instrumento contratual, o enquadramento tributário a ser dado ao objeto da contratação, para fins de avaliação de sua pertinência pela Funpresp-Exe.

2.9. Havendo divergência em relação ao enquadramento tributário informado, a Funpresp-Exe comunicará a contratada, antes da emissão da nota fiscal relativa ao serviço contratado, para que se utilize do enquadramento tributário adequado.

2.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no art. 31 da Lei 8.212/1993.

2.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice diário de atualização financeira;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

3. PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1. A capacitação ocorrerá em 25 de novembro de 2024, em formato *online* e por videoconferência, com carga horária de 3 (três) horas, conforme proposta comercial apresentada pela CONTRATADA.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação para o corrente exercício correrão à conta dos recursos constantes das Despesas do Plano de Gestão Administrativa – PGA da Funpresp-Exe, para o exercício de 2024 - Despesas do Plano de Gestão Administrativa, aprovado na 129ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo, de 17 de novembro de 2023, na Ação Orçamentária – Gestão, Item – Treinamentos / Congressos e Seminários.

5. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL E DA FISCALIZAÇÃO

5.1. As regras da execução contratual e da fiscalização estão dispostas no Projeto Básico, anexo deste instrumento.

6. DA VIGÊNCIA

6.1. Esta Ordem de Execução de Serviços terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da sua assinatura.

7. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste documento, do projeto básico e da sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

7.2. Prestar os serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes deste contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constará a descrição do objeto executado.

7.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto da contratação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

7.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Funpresp-Exe, as obrigações oriundas desta contratação.

7.5. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e outros resultantes da execução da contratação, cuja inadimplência da contratada, em relação a esses custos, não transferirá à Funpresp-Exe a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

7.6. Orientar os seus empregados sobre a necessidade de observação das normas da Funpresp-Exe quando em suas dependências.

7.7. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da Funpresp-Exe.

7.8. Prestar os serviços de acordo as especificações previstas neste instrumento, responsabilizando-se pelos ajustes dos itens que, porventura, estejam fora das especificações, independentemente do motivo alegado, cuja inobservância ensejará a aplicação das penalidades cabíveis previstas no projeto básico.

7.9. Atender prontamente as solicitações ou reclamações do fiscal da contratação.

7.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos constatados no objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

7.11. Observar o Código de Ética e de Conduta e a Política de Gestão da Integridade, Riscos e Controles Internos da Funpresp-Exe nas transações com partes interessadas, bem como as normas relativas a aspectos ambientais e sociais.

7.12. Comunicar, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar sua execução, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pela contratante.

7.13. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade acerca das atividades, objeto deste instrumento, sem prévia autorização da Funpresp-Exe.

7.14. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

7.15. Indicar preposto para representá-la durante a execução do instrumento contratual.

8. **DAS OBRIGAÇÕES DA FUNPRES-EXE**

8.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no projeto básico e seus anexos.

8.2. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução dos serviços, para a realização de ajustes e correções.

8.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de representante especialmente designado.

8.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes neste instrumento e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

8.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço prestado em desacordo com as especificações.

8.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal/fatura fornecida pela contratada, quando aplicável.

8.7. Atestar a nota fiscal/fatura e efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente à prestação dos serviços, no prazo, especificações e forma estabelecidos no projeto básico.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. O descumprimento das cláusulas e condições deste instrumento sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nos artigos 82 e 83 da lei 13.303/2016 e nos artigos 162 e 163 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Funpresp-Exe.

9.2. Em caso de descumprimento dos prazos estabelecidos de entrega a CONTRATADA ficará sujeita à multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia do valor total, até o período de 30 (trinta) dias. A partir deste prazo será cobrada multa de 10% (dez por cento), sobre o valor da contratação, sem prejuízo das demais penalidades estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Funpresp-Exe.

9.3. As multas aplicadas em decorrência do presente instrumento poderão ser descontadas dos créditos da CONTRATADA, conforme artigos 82, § 3º e 83, § 1º da Lei nº 13.303/2016.

9.4. Quando inviáveis ou insuficientes às compensações previstas no item, a CONTRATADA será intimada a recolher o valor restante da multa apurada, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da intimação, sob pena de cobrança judicial.

10. DO REAJUSTE

10.1. Os preços são fixos e irreajustáveis.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratado.

12. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

12.1. Caso a CONTRATADA, no decorrer da prestação de serviços, tenha acesso a dados pessoais, deverá respeitar as regras editadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD") no tocante ao armazenamento e tratamento de referidos dados e informações, sem prejuízo do estrito respeito à Lei n. 12.965 de 2014 ("Marco Civil da Internet"), Decreto n. 8.771 de 2016 ("Regulamento do Marco Civil da Internet"), bem como quaisquer outras leis ou normas relativas à proteção de dados pessoais que vierem a ser promulgadas ou entrarem em vigor no curso da vigência deste Contrato, em especial a Lei nº 13.709 de 2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais").

13. DA CONDUTA ANTICORRUPÇÃO

13.1. A CONTRATADA declara conduzir suas atividades em conformidade com a Lei 12.846/2013 "Lei Anticorrupção" ou eventual legislação posterior/complementar à referida Lei, assim como quaisquer normativo relacionado a sua aplicabilidade, emitido por órgão regulador brasileiro e/ou órgão do Governo Federal, e atesta neste ato que seus conselheiros, diretores, colaboradores, sócios, agentes ou qualquer pessoa agindo em seu nome, não realizaram e se comprometem a não realizar atos de suborno ou promessa de suborno, fraude à licitação, financiamento à prática de atos ilícitos ou quaisquer "atos lesivos" assim descritos na Lei Anticorrupção e normativos a ela relacionados, seja em benefício próprio e, ainda, em eventual benefício da FUNPRES-EXE ("Conduta Anticorrupção"), bem como que se compromete a monitorar todas as pessoas listadas acima, tendo em vista que possui conhecimento que a FUNPRES-EXE adota abordagem de zero tolerância em relação a atos de corrupção.

13.2. A CONTRATADA deverá informar à FUNPRES-P-EXE, oportunamente e por escrito, sobre a ocorrência de qualquer violação à Lei Anticorrupção de que tenha ciência em relação às suas atividades, bem como atos que envolvam seu relacionamento com a FUNPRES-P-EXE. Esta é uma obrigação permanente e deverá perdurar até o término da relação.

13.3. Em caso de descoberta da prática de ato de corrupção praticado pela CONTRATADA, suas coligadas, conselheiros, diretores, empregados, colaboradores, agentes ou qualquer pessoa agindo em seu nome, sejam em benefício próprio, da CONTRATADA, poderá ocorrer imediato rompimento da presente relação, sem prejuízo do direito da FUNPRES-P-EXE à retenção de valores e regresso em caso de sanções aplicadas decorrentes da Lei Anticorrupção, bem como a reparação de eventuais danos causados à FUNPRES-P-EXE.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes se obrigam a observar as disposições da Lei nº 13.303/2016, das demais legislações aplicáveis, bem como do Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Funpresp-Exe.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente ordem de execução de serviço será lavrada em única via, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada, de forma eletrônica, pelos contraentes e duas testemunhas.

Brasília, ____ de novembro de 2024.

CONTRATANTE

ROBERTO MACHADO TRINDADE
Gerente de Patrimônio Logística e Contratações

CLEITON DOS SANTOS ARAÚJO
Diretor de Administração - Substituto

CONTRATADA

MARCELO BOROWSKI GOMES
Representante legal da COMPLIANCE

TESTEMUNHAS

FABIANE DE SOUSA DUMONT
IBSEN NAEZIO ALVES AGUIAR
Analistas de Previdência Complementar

ANEXO I - PROJETO BÁSICO - 0186023

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 03750.010305.000315/2024-59

SEI nº 0186825

Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe

SCN Q 2 BL A Corporate Financial Center Salas 201-204 - CEP 70712-900 -

<https://funpresp.com.br>



PROJETO BÁSICO - PB

Processo nº 03750.010305.000315/2024-59

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de Capacitação "Treinamento para Comissão de Ética" para os integrantes da Comissão de Apuração Ética e Disciplinar de Dirigentes (CAEDD) e para os profissionais da Coordenação de Secretariado e Órgãos Colegiados (COSEC) e Ouvidoria (OUVIR) da Funpresp-Exe, ofertado pela empresa COMPLIANCE TOTAL CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.312.652/0001-65 doravante denominada Compliance Total ou Proponente, com sede em Av. Carlos Gomes, n.º 466, sala 501-B, Porto Alegre/RS, a ser realizado no dia 25 de novembro de 2024, em formato *online* e por videoconferência, com carga horária de 3 (três) horas.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1. Público-alvo: integrantes da Comissão de Apuração Ética e Disciplinar de Dirigentes (CAEDD) e profissionais da Coordenação de Secretariado e Órgãos Colegiados (COSEC) e Ouvidoria (OUVIR) da Funpresp-Exe

2.2. Carga horária: 3h

2.3. Data: dia 25 de novembro de 2024

2.4. Modalidade: *online*, via *Microsoft Teams*

2.5. Assunto da palestra: "Treinamento para Comissão de Ética"

2.6. Definição do Treinamento: "Treinamento ao vivo e online para o Comitê de Ética"

2.6.1. A atuação da Comissão de Ética e a definição de medidas disciplinares configuram-se em aspectos críticos e sensíveis no funcionamento de um Mecanismo de Integridade e Compliance. O acerto das decisões e a forma na condução desses processos estão intimamente ligados à experiência adquirida e aos longos anos de vivência dos profissionais envolvidos na interação com assuntos do gênero.

2.6.2. A Compliance Total realizará o Treinamento para os integrantes da Comissão de Apuração Ética e Disciplinar de Dirigentes (CAEDD) e profissionais da Coordenação de Secretariado e Órgãos Colegiados (COSEC) e Ouvidoria (OUVIR), a fim de contextualizar o ambiente que cerca o processo de análise e decisão, pós apuração das denúncias recebidas na Fundação em consultas sobre eventuais existências de conflitos de interesse de Diretores, Conselheiros, membros dos Comitês de Assessoramento Técnico e do Comitê de Auditoria da Fundação. O principal objetivo, no entanto, é fornecer aos integrantes da Comissão e da Coordenação de Secretariado e Órgãos Colegiados (COSEC) e Ouvidoria (OUVIR) uma visão prática desse processo, alinhando com os trabalhos realizados pela Comissão Permanente de Apuração Ética e Disciplinar (CAED) facilitando a sua realização e condução das reuniões, no sentido de se obterem decisões claras e consistentes.

2.6.3. Para o treinamento, será realizada 1 (uma) sessão por videoconferência, de até 3 (três) horas, no dia 25 de novembro de 2024. O treinamento será ministrado por um Gerente Sênior da Compliance Total, incluindo a apresentação, discussões técnicas e, ainda, sessão de perguntas e respostas com todos os presentes. Nesse sentido, serão abordados os temas a seguir, divididos em tópicos e exemplificados com casos práticos:

- 2.6.3.1. Breve introdução do tema *Compliance*, corrupção, importância do Código de Conduta e como o processo de denúncias está inserido nesse contexto;
- 2.6.3.2. Visão geral do processo desde o recebimento das denúncias até a implementação das medidas disciplinares;
- 2.6.3.3. Funcionamento do comitê de ética, formação, perfil dos membros e requisitos para o sucesso;
- 2.6.3.4. Dinâmica das reuniões, aspectos práticos, registros e como alcançar a melhor decisão;
- 2.6.3.5. Estudo de casos, discussão do tema e perguntas e respostas.

2.7. Gerentes Seniores da Compliance Total:

Lino S. Gavioli - engenheiro, formado pela Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie, pós-graduado em administração de negócios pelo Mackenzie e mestre em administração pela Fundação Escola de Comércio Armando Álvares Penteado. Atuou por 33 anos na Siemens, dos quais 12 anos como gerente da área de suprimentos e logística, abrangendo programação e aquisição de matérias-primas, gestão de almoxarifados, previsão e aquisição de produtos no mercado nacional e importação, gestão de depósitos e distribuição de produtos acabados com abrangência em todo o território nacional. É professor universitário em gestão de produção, cadeia de suprimentos e logística há mais de 25 anos, professor convidado na área de Compliance em cursos de pós-graduação e MBA. Lino é consultor de *Compliance* desde 2008, com ênfase nas áreas de projetos, execução de contratos, suprimentos, fornecedores e terceiros, gestão de treinamentos e tem atuado como instrutor, desde a alta administração até funções operacionais, nas áreas de anticorrupção, antitruste, lavagem de dinheiro e “*Supply Chain Management*”. É palestrante em congressos e conferências na área de *Compliance*.

Wagner Giovanini - engenheiro eletricitista formado pela Escola Politécnica da USP, com pós-graduação em Gestão Ambiental, Black Belt na metodologia Six Sigma e Master Coach formado pela *Integrated Coaching Institute*. Militou por diversos anos na área de Gestão da Qualidade e Gestão Ambiental, tendo sido Diretor Técnico do Instituto Paulista de Excelência em Gestão (IPEG), membro do Conselho das Partes Interessadas do Movimento Brasil Competitivo – MBC e membro do Comitê de Meio Ambiente da ABDIB. Atuou como juiz do PNQ (Prêmio Nacional da Qualidade) de 2004 a 2012. Durante 29 anos, dedicou sua carreira profissional na Siemens, com quase 8 anos como Diretor de *Compliance*. Depois, fundou a Compliance Total, mantendo-se como sócio e responsável técnico por seus produtos e serviços. Ministra palestras, cursos e aulas em universidades sobre temas como ética e integridade corporativa. É coautor dos livros ‘Ética Empresarial’, publicado pela FNQ em 2011; ‘Lei Anticorrupção e Temas de Compliance’, pela Editora JusPodivm em 2016; ‘Compliance, Gestão de Riscos e Combate à Corrupção’, pela Editora Fórum em 2018 e autor do livro ‘Compliance – A Excelência na Prática’, publicado em 2014. Coordena também o Comitê Técnico da DSC 10.000, primeira norma brasileira para certificação de Sistemas de Compliance.

Marcelo B. Gomes - possui mais de 25 anos de experiência como Executivo Sênior de Empresas Multinacionais e Nacionais no Brasil e na Europa, onde nos últimos 10 anos liderou, dentro das Unidades de Negócio pelas quais foi responsável, tanto a implementação como o gerenciamento de sistemas de Governança e Integridade Corporativa, bem como práticas de gestão de riscos e de controle interno para mitigação dos riscos empresariais de natureza estratégica, financeira, operacional e de Compliance. É engenheiro eletricitista formado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, com pós-graduação em Administração de empresas pela FGV do Rio de Janeiro e especialista em *Business Administration* pela *Babson College*. Lecionou por 5 anos na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Sua comprovada experiência em *Business Administration* foi adquirida no Brasil (Curitiba, Florianópolis, Manaus e São Paulo), América Latina e na Alemanha. Ocupou, neste período, posições de Diretoria Geral com foco em Gestão de Negócios responsável pelo *Profit & Loss* das unidades por onde passou, com destaque para a Siemens, onde atuou por mais de 20 anos, tendo inclusive participado, sob a liderança da área de Compliance a partir de 2008, da implementação do Sistema de Integridade em sua Área de Negócios. Atualmente Marcelo leciona as disciplinas de Compliance e Governança Corporativa nos MBAs e Cursos de Extensão Universitária da Fundação Getúlio Vargas, FIA e Grupo Ser Educacional

2.8. Sobre a Empresa:

Compliance Total: empresa constituída com o propósito de disseminar a cultura da integridade e ética no âmbito corporativo, contribuindo, assim, para a formação de uma sociedade melhor e livre de ilicitudes, tal como corrupção.

A empresa fornece serviços, ferramentas, treinamentos e geração de conteúdo no intuito de ajudar as instituições a implementar e manter Mecanismos de Integridade e Sistemas de Compliance. Ocupa posição de destaque no *Mentoring CT@*, que se trata de um modelo inovador e exclusivo, com excelente relação custo/benefício, para auxiliar as empresas a implementarem um Mecanismo de Integridade e Sistema de Compliance eficiente em um curto espaço de tempo, menos de 1 (um) ano. A empresa conta com profissionais especializados, de alta competência e com larga experiência em *Compliance*.

Visão de negócios: Contribuir, proativamente, para o progresso da ética do mundo corporativo.

A empresa e seus colaboradores acreditam ser possível construir um Brasil melhor. Assim, desejam influenciar outras instituições e pessoas a aderirem esse movimento em favor da ética e da integridade, principalmente, por meio da criação de um Sistema de *Compliance*. Uma vez iniciado esse processo, não há mais volta. Haverá um controle social, vindo de dentro e fora da organização, que impõe um autocontrole e assegura a aplicação prática dos princípios preconizados pelo *Compliance*.

Missão: Gerar conteúdo, treinar, capacitar e incentivar pessoas e instituições para implementar e manter mecanismos efetivos de combate à corrupção e desvios de conduta.

No exercício de suas atribuições, a Compliance Total conta com a colaboração de profissionais experientes e com larga vivência nos assuntos relacionados à *Compliance*. Assim, são desenvolvidos e compartilhados aspectos técnicos e práticos sobre como implementar Mecanismos de Integridade e Sistemas de Compliance nas organizações, observando a necessidade de customização de acordo com a natureza de cada instituição. Treinamentos, palestras e *workshops* são meios de levar esse conhecimento mais rapidamente às pessoas. Além da capacitação aos interessados, a troca de experiência e o aprendizado contínuo complementam o ambiente propício para a disseminação da cultura de *Compliance*.

2.9. Diante do exposto, solicitamos à Gerência de Patrimônio, Logística e Contratações (GELOG) a instrução do processo de contratação de serviço de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, em conformidade com os supracitados dados.

3. DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a execução desse serviço, a Funpresp-Exe pagará à COMPLIANCE TOTAL TREINAMENTOS CORPORATIVOS LTDA, o valor global de R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais), em conformidade com as informações constantes no item 3.1.1 "Treinamentos ao vivo e online para o Comitê de Ética" na proposta anexada ao processo 0186018.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Treinamento	Serviço unitário	1	R\$ 9.800,00	R\$ 9.800,00
TOTAL					R\$ 9.800,00

3.2. As despesas decorrentes da contratação sairão dos recursos constantes no Plano Anual de Capacitação 2024, parte do Orçamento da Funpresp-Exe para o exercício de 2024.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação será realizada com base no com base no inciso II, alínea "f", do art. 30 da Lei 13.303/2016 e no inciso II, alínea "f" do Art. 111, combinado com o Art. 109 do Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Funpresp-Exe e conforme consta no Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Funpresp-Exe.

4.2. A princípio, faz-se necessário ressaltar que a regra adotada pelo legislador, no caso de licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações, é a obrigatoriedade de licitação, conforme estabelece o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal (CF/1988):

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

4.3. À Funpres-Exe aplica-se a legislação federal atinente às empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme determinação da Lei nº 14.463, de 26 de outubro de 2022.

Art. 2º A Lei nº 12.618, de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º As entidades fechadas de que trata o art. 4º, observado o disposto na Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, na Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e nesta Lei, submetem-se às demais normas de direito público exclusivamente no que se refere à:

I - submissão à legislação federal sobre licitação e contratos administrativos aplicável às empresas públicas e sociedades de economia mista;

4.4. Dessa forma, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos para as empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, previu hipóteses em que a Administração Pública pode, legitimamente, celebrar contratos sem a realização de procedimento licitatório, permitindo maior celeridade nessas situações.

4.5. Nesse sentido, as hipóteses de licitação dispensada, licitação dispensável e inexigibilidade de licitação constituem exceções ao procedimento licitatório. A inviabilidade de competição na prestação de serviço é fator preponderante para a adoção das mencionadas exceções, conforme consta no inciso II do parágrafo 3º do artigo 28 da Lei nº 13.303/2016:

§ 3º São as empresas públicas e as sociedades de economia mista dispensadas da observância dos dispositivos deste Capítulo nas seguintes situações:

I - comercialização, prestação ou execução, de forma direta, pelas empresas mencionadas no caput, de produtos, serviços ou obras especificamente relacionados com seus respectivos objetos sociais;

II - nos casos em que a escolha do parceiro esteja associada a suas características particulares, vinculada a oportunidades de negócio definidas e específicas, justificada a inviabilidade de procedimento competitivo.

4.6. A alínea "f", inciso II, do art. 30 da Lei nº 13.303/2016 especifica a contratação de treinamentos como hipótese especificamente prevista de afastamento de licitação:

Art. 30. A contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de:

(...)

II - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

(...)

4.7. A Lei nº 13.303/2016 possui como regra a necessidade de licitação nas contratações com terceiros sendo, no entanto, possível o seu afastamento nas hipóteses excepcionais de dispensa, inexigibilidade ou inaplicabilidade de licitação trazidas pela Lei das Estatais em seus artigos 28, 29 e 30.

4.8. Além disso, as hipóteses do rol do caput do art. 30 da Lei nº 13.303/2016 devem ser entendidas como exemplificativas e não taxativas, podendo as práticas de mercado e o caso concreto estabelecerem outras situações de afastamento das regras acerca da licitação da Lei das Estatais. No entanto, a inaplicabilidade de licitação não se confunde com arbitrariedade, mas sim liberdade para que o gestor possa escolher a melhor solução para o caso concreto.

“A ausência de licitação não equivale a contratação informal, realizada com quem a Administração bem entender, sem cautelas nem documentação. Ao contrário, a contratação direta exige um procedimento administrativo prévio, em que a observância de etapas e formalidades é imprescindível. Somente em hipóteses-limite é que a Administração estaria autorizada a contratar sem o cumprimento dessas formalidades. Seriam aqueles casos de emergência tão grave que a demora, embora mínima, pusesse em risco a satisfação dos valores a cuja realização se orienta a atividade administrativa.

Nas etapas internas iniciais, a atividade administrativa será idêntica, seja ou não a futura contratação antecedida de licitação. Em um momento inicial, a administração verificará a existência de uma necessidade a ser atendida. Deverá diagnosticar o meio mais adequado para atender ao reclamo. Definirá um objeto a ser contratado, inclusive adotando providências acerca da elaboração de projetos, apuração da compatibilidade entre a contratação e as previsões orçamentárias. Tudo isso estará documentado em procedimento administrativo, (...)” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 16 ed. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 391).

4.9. A propósito, ratificam esse entendimento os julgados do Tribunal de Contas da União (TCU), como os seguintes:

ACÓRDÃO TCU 1.802/2014 – Plenário

Enunciado: É vedada a inexigibilidade quando não comprovado o requisito da inviabilidade de competição. É dever do agente público responsável pela contratação confirmar a condição de exclusividade nos casos em que o objeto só possa ser fornecido por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.

Acórdão 2533/2021 - Plenário

Nos casos de dispensa de licitação fundada no art. 32 da Lei 9.074/1995, a constituição e a instrução do respectivo processo administrativo devem observar os princípios gerais da Administração Pública, notadamente os da isonomia, da publicidade e da moralidade, bem como o disposto no art. 30, § 3º, incisos II e III, da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), que exige a divulgação das razões para a escolha do fornecedor ou do prestador de serviços, além da justificativa para o preço acertado.

ACÓRDÃO TCU 1630/2006 – Plenário

Enunciado: A singularidade do objeto e a comprovação da notoriedade da entidade contratada justificam a contratação direta.

ACÓRDÃO TCU 2142/2007 – Plenário

Enunciado: A contratação por inexigibilidade de licitação em virtude de objeto singular e de notória especialização do contratado exige avaliação subjetiva no que pertine à escolha da empresa ou do profissional a ser contratado.

ACÓRDÃO TCU 2762/2011 – Plenário

Enunciado: A inexigibilidade de licitação para contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se trata de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos.

4.10. Assim, a Gerência de Pessoas avalia que o presente objeto possui natureza singular, sendo um serviço técnico especializado e possui notória especialização, pois o conteúdo programático e a instituição que fornecerá a capacitação demonstram que a seleção afasta o grau de subjetividade, podendo ser medido por critérios objetivos, se enquadrando na hipótese de inexigibilidade de licitação, em conformidade com o art. 30 da Lei nº 13.303/2016, nas seguintes disposições:

4.11. Da singularidade do serviço a ser contratado

4.11.1. Conforme elencado na alínea "f" do inciso II do art. 30 da Lei nº 13.303/2016, exige-se que tais serviços sejam de natureza singular.

4.11.2. Nesse sentido, os professores Ivan Barbosa Rigolin e Marcos Tullio Bottino esclarecem que:

“Singular é aquele serviço cujo resultado final não se pode conhecer nem prever exatamente antes de pronto e entregue; aquele cujas características inteiramente particulares, próprias do autor, o façam único entre quaisquer outros. O único elemento sabido nesse caso é que cada autor o fará de um modo,

sem a mínima possibilidade de que dois produzam exatamente o mesmo resultado. Cada qual tem a chancela de um autor, sendo, nesse sentido, único. Caracterizada e justificada essa singular natureza, ao lado da comprovação documental de notória especialidade do autor, teremos a inexistência de licitação para cada caso concreto que se apresente." (grifos nossos)

4.11.3. Conforme ensina o professor Luiz Cláudio de Azevedo Chaves, em artigo "Contratação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal na Administração Pública: uma breve análise da Decisão 439/98, Plenário do TCU":

"Nos serviços de treinamento, os objetivos gerais e específicos, público alvo, metodologia e o conteúdo programático constituem características técnicas do objeto, mas definitivamente não é o núcleo. O objeto do serviço de treinamento só se materializa com a aula (o fazer). É por meio desta ação que o docente, fazendo uso da metodologia didático-pedagógica, utilizando os recursos instrucionais e aplicando o conteúdo programático, realiza o objeto. Portanto, o núcleo do serviço é a própria aula. Ora, se é a aula, não se pode, em regra, considerar que seja um serviço usual ou executado de forma padronizada; não se pode admitir que, quem quer que seja o executor (o professor), desde que aplicando os recursos acima, obtenha os mesmos resultados. Afinal, cada professor possui sua técnica própria, a forma de lidar com grupos, a empatia, a didática, as experiências pessoais, o ritmo e tom de voz, tornando-os incomparáveis entre si. Ademais disso, cada turma também possui características próprias que as distinguem umas das outras, a exigir do profissional adaptação a cada vez que se apresenta. Aliás, o próprio professor poderá executar o serviço de forma distinta a cada aula proferida, ainda que do mesmo tema, provocado, por exemplo, por uma mudança de visão e conceitos. Quer dizer, as aulas sempre serão diferentes, seja na condução, seja no conteúdo, seja na forma de exposição. Não há como negar que cada aula (cada serviço) é, em si, singular, inusitado, peculiar.

(...)

Diante do acima exposto, é correto afirmar que, sempre que o núcleo do serviço de treinamento for a aula (o fazer) significará que a atuação do professor será determinante para o alcance dos resultados pretendidos, revelando a natureza singular do serviço." (grifos nossos)

4.11.4. A singularidade do serviço se materializa no portfólio diversificado de clientes da empresa e seus consultores, possibilitando uma abordagem prática variada através de *cases de sucesso* compartilhados com a Fundação, sendo um conteúdo programático e metodologia de capacitação específicos da empresa ofertante, anexado ao processo.

4.11.5. A realização da palestra tem como justificativa contextualizar o ambiente que cerca o processo de análise e decisão, pós apuração das denúncias recebidas pela Comissão de Apuração Ética e Disciplinar e o principal objetivo da capacitação é fornecer aos integrantes da Comissão e da Coordenação de Secretariado e Órgãos Colegiados (COSEC) e Ouvidoria (OUVIR) uma visão prática desse processo, alinhando com os trabalhos realizados pela Comissão Permanente de Apuração Ética e Disciplinar (CAED) facilitando a sua realização e condução das reuniões, no sentido de se obterem decisões claras e consistentes.

4.11.6. A definição de medidas disciplinares configura-se em aspecto crítico e sensível no funcionamento de um Mecanismo de Integridade e Compliance. O acerto das decisões e a forma na condução desses processos estão intimamente ligados à experiência adquirida e aos longos anos de vivência dos profissionais envolvidos na interação com assuntos do gênero, desta forma, realização do treinamento proporcionará aos participantes uma imersão em atuação de Comitês de Ética.

4.11.7. Bem como, a seleção do fornecedor, pois a Compliance Total capacitou os integrantes da CAED da Fundação em agosto e a Diretoria-Executiva da Funpresp-Exe entendeu ser necessária a extensão da capacitação aos profissionais integrantes da CAEDD, COSEC e OUVIR. A empresa conta com profissionais especializados, de alta competência e com larga experiência em Compliance, fornecendo serviços, ferramentas, treinamentos e geração de conteúdo no intuito de ajudar as instituições a implementar e manter Mecanismos de Integridade e Sistemas de Compliance. Ocupa posição de destaque o *Mentoring CT@*, que se trata de um modelo inovador e exclusivo para auxiliar as empresas a implementarem um Mecanismo de Integridade e Sistema de Compliance eficiente em um curto espaço de tempo.

4.12. Da caracterização como serviço técnico especializado

4.12.1. Conforme elencado na alínea "f" do inciso II do art. 30 da Lei nº 13.303/2016, cursos para "treinamento e aperfeiçoamento de pessoal" são enquadrados como serviço técnico de profissional especializado. Dentre os objetivos do curso, visa aprimorar os conhecimentos sobre o ambiente que cerca o processo de análise e decisão, pós-apuração das denúncias nas Comissões de Ética – CAED e CAEDD – da Funpresp.

4.13. A Funpres-Exe tem como objetivo estratégico garantir governança de alto desempenho e parte de sua estratégia de capacitação é a realização de treinamentos que abordem assuntos de relevância para os Fundos de Pensão e, por conseguinte, para a Fundação. Esses eventos proporcionam o debate entre os integrantes de todas as áreas, o que amplia a visão estratégica de seus profissionais a partir das temáticas específicas e da troca de informações e experiências. O Treinamento para Comissão de Ética é uma das ferramentas adotadas para cumprir com efetividade os objetivos propostos.

4.14. A sessão de treinamento será ministrada por um Gerente Sênior de Compliance e um Analista de Compliance, profissionais altamente qualificados, experientes e especialistas no tema.

4.14.1. Assim, a seleção da Compliance Total se dá em virtude de sua diferenciação com os demais ofertantes, pois suas características individualizadoras fornecem aos profissionais um aprendizado condizente com as características e objetivos da Funpres-Exe. A capacitação oferece acesso a tendências recentes em mecanismos de integridade e atuação de Comitês de Ética, o que permite manter os participantes da capacitação com uma visão prática dos processos de apuração na Fundação, facilitando a realização e condução das reuniões.

4.14.2. Segundo a doutrina de Hely Lopes Meirelles:

"(...) serviços técnicos profissionais especializados, no consenso doutrinário, são os prestados por quem, além da habilitação profissional técnica e profissional – exigida para os serviços técnicos de profissionais em geral - aprofundou-se nos estudos, no exercício da profissão, na pesquisa científica, ou através de estágios de aperfeiçoamento.

(...)

Inexigível é a licitação somente para a contratação de serviços técnicos profissionais especializados de natureza singular, prestados por empresas ou profissionais de notória especialização. A lei acolheu, assim, as teses correntes na doutrina no sentido de que a notória especialização traz, em seu bojo, uma singularidade subjetiva e de que o 'caso da notória especialização diz respeito a trabalho marcado por características individualizadoras'. (grifos nossos)

4.15. Da notória especialização do Contratado

4.15.1. O § 1º, do artigo 30 da Lei 13.303/2016 dispõe que:

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

4.15.2. Conforme ensina o professor Luiz Cláudio de Azevedo Chaves, no artigo "Contratação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal na Administração Pública: uma breve análise da Decisão 439/98, Plenário do TCU":

"(...) O dispositivo em tela indica o norte de quais peculiaridades ou requisitos são considerados idôneos para se inferir se um profissional é ou não notório especialista, a saber: "...desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica...". Mais ainda. A expressão "...ou de outros..." dá bem o tom de rol exemplificativo desses requisitos. O legislador admite, portanto, que outros conceitos e requisitos, não ditados no texto expresso da lei, podem servir de base à conclusão de que o profissional escolhido é o mais adequado à satisfação do contrato. Nota-se, também, que a enumeração dos requisitos são alternativos. Significa que não é obrigatório que estejam todos contemplados na justificativa da escolha, bastando apenas o apontamento de um deles para balizá-la."

4.15.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e da Funpres-Exe, vedando-se qualquer relação entre estes que caracteriza pessoalidade e subordinação.

4.15.4. A notória especialização se manifesta por meio dos profissionais que conduzirão a capacitação, comprovada através do portfólio e dos currículos dos Gerentes-Seniores da empresa que fornecerá a capacitação, conforme documentos anexados ao processo.

Compliance Total: empresa constituída com o propósito de disseminar a cultura da integridade e ética no âmbito corporativo, contribuindo, assim, para a formação de uma sociedade melhor e livre de ilicitudes, tal como corrupção.

A empresa fornece serviços, ferramentas, treinamentos e geração de conteúdo no intuito de ajudar as instituições a implementar e manter Mecanismos de Integridade e Sistemas de Compliance. Ocupa posição de destaque no *Mentoring CT@*, que se trata de um modelo inovador e exclusivo, com excelente relação custo/benefício, para auxiliar as empresas a implementarem um Mecanismo de Integridade e Sistema de Compliance eficiente em um curto espaço de tempo, menos de 1 (um) ano. A empresa conta com profissionais especializados, de alta competência e com larga experiência em *Compliance*. Atendimento a clientes dos mais diversos tamanhos e segmentos, como por exemplo: Petrobras, Unimed, Natura, Oi, Usiminas, Braskem, Banco do Brasil, Copel, Nestlé, Eletrobras, Claro e outros.

Lino S. Gavioli - engenheiro, formado pela Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie, pós-graduado em administração de negócios pelo Mackenzie e mestre em administração pela Fundação Escola de Comércio Armando Álvares Penteado. Atuou por 33 anos na Siemens, dos quais 12 anos como gerente da área de suprimentos e logística, abrangendo programação e aquisição de matérias-primas, gestão de almoxarifados, previsão e aquisição de produtos no mercado nacional e importação, gestão de depósitos e distribuição de produtos acabados com abrangência em todo o território nacional. É professor universitário em gestão de produção, cadeia de suprimentos e logística há mais de 25 anos, professor convidado na área de Compliance em cursos de pós-graduação e MBA. Lino é consultor de Compliance desde 2008, com ênfase nas áreas de projetos, execução de contratos, suprimentos, fornecedores e terceiros, gestão de treinamentos e tem atuado como instrutor, desde a alta administração até funções operacionais, nas áreas de anticorrupção, antitruste, lavagem de dinheiro e "Supply Chain Management". É palestrante em congressos e conferências na área de Compliance.

Marcelo B. Gomes - possui mais de 25 anos de experiência como Executivo Sênior de FUNPRES s Multinacionais e Nacionais no Brasil e na Europa, onde nos últimos 10 anos liderou, dentro das Unidades de Negócio pelas quais foi responsável, tanto a implementação como o gerenciamento de sistemas de Governança e Integridade Corporativa, bem como práticas de gestão de riscos e de controle interno para mitigação dos riscos FUNPRES riais de natureza estratégica, financeira, operacional e de Compliance. É engenheiro eletricitista formado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, com pós-graduação em Administração de FUNPRES s pela FGV do Rio de Janeiro e especialista em Business Administration pela Babson College. Lecionou por 5 anos na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Sua comprovada experiência em Business Administration foi adquirida no Brasil (Curitiba, Florianópolis, Manaus e São Paulo), América Latina e na Alemanha. Ocupou, neste período, posições de Diretoria Geral com foco em Gestão de Negócios responsável pelo Profit & Loss das unidades por onde passou, com destaque para a Siemens, onde atuou por mais de 20 anos, tendo inclusive participado, sob a liderança da área de Compliance a partir de 2008, da implementação do Sistema de Integridade em sua Área de Negócios. Atualmente Marcelo leciona as disciplinas de Compliance e Governança Corporativa nos MBAs e Cursos de Extensão Universitária da Fundação Getúlio Vargas, FIA e Grupo Ser Educacional.

Wagner Giovanini - engenheiro eletricitista formado pela Escola Politécnica da USP, com pós-graduação em Gestão Ambiental, Black Belt na metodologia Six Sigma e Master Coach formado pela Integrated Coaching Institute. Militou por diversos anos na área de Gestão da Qualidade e Gestão Ambiental, tendo sido Diretor Técnico do Instituto Paulista de Excelência em Gestão (IPEG), membro do Conselho das Partes Interessadas do Movimento Brasil Competitivo – MBC e membro do Comitê de Meio Ambiente da ABDIB. Atuou como juiz do PNQ (Prêmio Nacional da Qualidade) de 2004 a 2012. Durante 29 anos, dedicou sua carreira profissional na Siemens, com quase 8 anos como Diretor de Compliance. Depois, fundou a Compliance Total, mantendo-se como sócio e responsável técnico por seus produtos e serviços. Ministra palestras, cursos e aulas em universidades sobre temas como ética e integridade corporativa. É coautor dos livros 'Ética FUNPRES rial', publicado pela FNQ em 2011; 'Lei Anticorrupção e Temas de Compliance', pela Editora JusPodivm em 2016; 'Compliance, Gestão de Riscos e Combate à Corrupção', pela Editora Fórum em 2018 e autor do livro 'Compliance – A Excelência na Prática', publicado em 2014. Coordena também o Comitê Técnico da DSC 10.000, primeira norma brasileira para certificação de Sistemas de Compliance.

4.16. Nesse sentido, entendemos que a contratação com a COMPLIANCE TOTAL TREINAMENTOS CORPORATIVOS LTDA, poderá ocorrer de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com fulcro com fulcro no inciso II, alínea "f", do art. 30 da Lei 13.303/2016 e no inciso II, alínea "f" do Art. 111º, combinado com o Art. 109 do Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Funpresp-Exe, em virtude dos motivos demonstrados acima, em especial singularidade do serviço, notória especialização e caracterização de serviço técnico especializado, traduzidos no conteúdo programático do curso e os documentos anexados ao processo.

5. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1. A demanda está alinhada com os objetivos do Plano Anual de Capacitação para o exercício de 2024, a saber:

O Plano Anual de Capacitação tem os seguintes objetivos:

(...)

d) Desenvolver as competências individuais dos Profissionais, com alinhamento às estratégias da Entidade e na gestão por resultados;

e) Prover os empregados com as competências técnicas necessárias às diferentes áreas da Fundação;

(...)

5.2. A capacitação tem como justificativa contextualizar o ambiente que cerca o processo de análise e decisão, pós apuração das denúncias recebidas na Fundação. Para as consultas sobre eventuais existências de conflitos de interesse de Diretores, Conselheiros, membros dos Comitês de Assessoramento Técnico e do Comitê de Auditoria da Fundação, o Conselho Deliberativo constituiu a Comissão de Apuração Ética e Disciplinar de Dirigentes (CAEDD). O principal objetivo da capacitação é fornecer aos integrantes da Comissão e da Coordenação de Secretariado e Órgãos Colegiados (COSEC) e Ouvidoria (OUVIR) uma visão prática desse processo, alinhando com os trabalhos realizados pela Comissão Permanente de Apuração Ética e Disciplinar (CAED) facilitando a sua realização e condução das reuniões, no sentido de se obterem decisões claras e consistentes.

5.3. A Funpresp-Exe possui responsabilidades de combate a ilicitudes e desvios de conduta no seu ambiente interno, focando na implementação, manutenção e/ou aperfeiçoamento de mecanismos de integridade. Compete à Comissão de Apuração Ética e Disciplinar de Dirigentes, sem prejuízo de outras atribuições previstas em ato normativo próprio:

I. orientar os profissionais e membros dos órgãos colegiados estatutários e regimentais da Funpresp-Exe quanto ao cumprimento do Código de Conduta Ética e Disciplinar, atuando de forma preventiva;

II. propor ao Conselho Deliberativo a atualização e aperfeiçoamento do Código de Conduta Ética e Disciplinar;

III. dirimir dúvidas e responder a consultas quanto à correta interpretação do Código de Conduta Ética e Disciplinar, deliberando sobre eventuais casos omissos;

(...)

VII. recomendar, acompanhar e avaliar, no âmbito da Funpresp-Exe, o desenvolvimento de ações objetivando a disseminação, capacitação e treinamento dos membros dos órgãos colegiados estatutários e regimentais, profissionais, prestadores de serviços e terceirizados sobre as normas éticas e disciplinares;

(...)

5.4. A Compliance Total encontra-se apta para o completo atendimento da demanda apresentada e buscará a melhor forma para atender às necessidades e expectativas da Fundação. A metodologia da Compliance Total prioriza a prevenção, ao mesmo tempo em que incorpora elementos essenciais para identificar e corrigir eventuais riscos.

5.5. Desta forma, encaminhamos proposta de contratação da COMPLIANCE TOTAL TREINAMENTOS CORPORATIVOS LTDA para condução do "Treinamento para Comissão de Ética".

6. DA VIGÊNCIA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

6.1. O prazo de vigência da contratação é de 120 dias, sendo vedada a sua prorrogação, salvo mediante as devidas justificativas, nos casos previstos em Lei e no Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Funpresp-Exe.

7. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

7.1. Os serviços, objeto deste instrumento consistem-se em:

7.1.1. Contratação para realização 1 (uma) sessão de treinamento por videoconferência, de até 3 (três) horas para a Comissão de Apuração Ética e Disciplinar da Funpresp-Exe, com material de apoio aos participantes.

7.2. Os serviços serão prestados de forma *online* e haverá a emissão de certificado aos participantes.

7.3. Os serviços serão prestados com a realização da sessão de treinamento e o pagamento total será realizado em 1 parcela em até 10 dias após o início do treinamento.

8. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL E DA FISCALIZAÇÃO

8.1. O instrumento contratual deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Previamente à celebração do instrumento contratual a Funpres-Exe verificará se existe sanção que impeça a empresa de ser contratada, mediante a consulta aos cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do instrumento contratual, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias em simples apostila.

8.4. A execução do instrumento contratual deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal da contratação, designado conforme o disposto no art. 159 do Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Funpres-Exe.

8.4.1. O fiscal da contratação anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do instrumento contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.5. As comunicações entre a Funpres-Exe e a contratada serão realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.6. Após a assinatura do instrumento contratual a Funpres-Exe poderá convocar, se julgar necessário, o representante da contratada para reunião inicial, objetivando a realização de tratativas para a adequada prestação dos serviços.

8.7. Antes da assinatura do instrumento contratual, o fornecedor deverá comprovar os requisitos de habilitação previstos no Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Funpres-Exe, segundo a natureza da empresa.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação para o corrente exercício correrão à conta dos recursos constantes das Despesas do Plano de Gestão Administrativa – PGA da Funpres-Exe.

9.2. As despesas decorrentes desta contratação estão previstas no Plano Anual de Capacitação da Funpres-Exe para o exercício de 2024.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste projeto básico e seus anexos.

10.2. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução dos serviços, para a realização de ajustes e correções.

10.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de representante especialmente designado.

10.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes neste instrumento e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

10.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço prestado em desacordo com as especificações.

10.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal/fatura fornecida pela contratada, quando aplicável.

10.7. Atestar a nota fiscal/fatura e efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente à prestação dos serviços, no prazo, especificações e forma estabelecidos neste projeto básico.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste projeto básico, do instrumento contratual e da sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

11.2. Prestar os serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes deste contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constará a descrição do objeto executado.

11.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto da contratação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

11.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Funpresp-Exe, as obrigações oriundas desta contratação.

11.5. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e outros resultantes da execução da contratação, cuja inadimplência da contratada, em relação a esses custos, não transferirá à Funpresp-Exe a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

11.6. Orientar os seus empregados sobre a necessidade de observação das normas da Funpresp-Exe quando em suas dependências.

11.7. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da Funpresp-Exe.

11.8. Prestar os serviços de acordo as especificações previstas neste instrumento, responsabilizando-se pelos ajustes dos itens que, porventura, estejam fora das especificações, independentemente do motivo alegado, cuja inobservância ensejará a aplicação das penalidades cabíveis previstas neste projeto básico.

11.9. Atender prontamente as solicitações ou reclamações do fiscal da contratação.

11.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos constatados no objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

11.11. Observar o Código de Ética e de Conduta e a Política de Gestão da Integridade, Riscos e Controles Internos da Funpresp-Exe nas transações com partes interessadas, bem como as normas relativas a aspectos ambientais e sociais.

11.12. Comunicar, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar sua execução, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pela contratante.

11.13. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade acerca das atividades, objeto deste instrumento, sem prévia autorização da Funpresp-Exe.

11.14. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

11.15. Indicar preposto para representá-la durante a execução do instrumento contratual.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado a partir do recebimento do boleto, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada e os documentos de pagamento deverão ser encaminhados para os e-mails gelog.pagamentos@funpresp.com.br e codes.gepes@funpresp.com.br.

12.2. Antes de cada pagamento será verificada, junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF –, a regularidade fiscal da contratada perante o INSS e o FGTS.

12.3. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada perante o INSS e o FGTS será providenciada sua notificação, por escrito, para que, apresente defesa para que, no prazo fixado pelo fiscal da contratação, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, a critério da contratante.

12.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação fiscal.

12.5. Poderá ser rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade ou outro de interesse da Funpresp-Exe de alta relevância, devidamente justificado e, em qualquer caso, aprovado pela Diretoria Executiva da Funpresp-Exe.

12.6. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Funpresp-Exe

12.7. A empresa a ser contratada deverá informar, quando da assinatura do instrumento contratual, o enquadramento tributário a ser dado ao objeto da contratação, para fins de avaliação de sua pertinência pela Funpresp-Exe.

12.8. Havendo divergência em relação ao enquadramento tributário informado, a Funpresp-Exe comunicará a contratada, antes da emissão da nota fiscal relativa ao serviço contratado, para que se utilize do enquadramento tributário adequado.

12.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no art. 31 da Lei 8.212/1993.

12.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado.

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irredutíveis.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O descumprimento das cláusulas e condições deste instrumento sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nos artigos 82 e 83 da lei 13.303/2016 e nos artigos 162 e 163 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Funpresp-Exe.

14.2. Em caso de descumprimento dos prazos estabelecidos de entrega a CONTRATADA ficará sujeita à multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia do valor total, até o período de 30 (trinta) dias. A partir deste prazo será cobrada multa de 10% (dez por cento), sobre o valor da contratação, sem prejuízo das demais penalidades estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Funpresp-Exe.

14.3. As multas aplicadas em decorrência do presente instrumento poderão ser descontadas dos créditos da CONTRATADA, conforme artigos 82, § 3º e 83, § 1º da Lei nº 13.303/2016.

14.4. Quando inviáveis ou insuficientes às compensações previstas no item, a CONTRATADA será intimada a recolher o valor restante da multa apurada, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da intimação, sob pena de cobrança judicial.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratado.

16. DAS VEDAÇÕES

16.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. As partes se obrigam a observar as disposições da Lei nº 13.303/2016, do Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Funpres-Exe, bem como das demais legislações aplicáveis.

Brasília, 11 de novembro de 2024.

De acordo.

Aprovo o presente projeto básico.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel da Silva Tavares Pellegrin, Analista de Previdência Complementar**, em 11/11/2024, às 09:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monica Fernanda Lima Bandeira Abreu Adorno, Coordenador(a)**, em 11/11/2024, às 09:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrei Jose Rodrigues, Gerente**, em 11/11/2024, às 09:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.funpresp.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0186023** e o código CRC **96341F4D**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 03750.010305.000315/2024-59

SEI nº 0186023

Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpres-Exe

SCN Q 2 BL A Corporate Financial Center Salas 201-204 - CEP 70712-900 -

<https://funpresp.com.br>

OS n. 181 p. assinatura.pdf

Documento número #ef2f1f0f-3814-46be-bfd1-1b2f73472cae
Hash do documento original (SHA256): 327ed0e20557df79f4d92a7d5495821fbc28d058ce9067686c9e8c4a1f94bb19

Assinaturas

- 

Fabiane de Sousa Dumont
CPF: 005.987.071-07
Assinou como testemunha em 12 nov 2024 às 15:16:43
- 

Ibsen Naezio Alves Aguiar
CPF: 043.308.441-33
Assinou como testemunha em 13 nov 2024 às 11:14:51
- 

Roberto Machado Trindade
CPF: 099.533.531-15
Assinou como contratante em 12 nov 2024 às 15:16:33
- 

Cleiton dos Santos Araújo
CPF: 851.631.201-15
Assinou como contratante em 12 nov 2024 às 19:05:31
- 

MARCELO BOROWSKI GOMES
CPF: 629.044.509-04
Assinou como contratada em 13 nov 2024 às 14:18:24

Log

- 12 nov 2024, 15:15:33

Operador com email fabiane.dumont@funpresp.com.br na Conta 5a7ad025-01a9-4c15-ba9e-30a8be81b5c5 criou este documento número ef2f1f0f-3814-46be-bfd1-1b2f73472cae. Data limite para assinatura do documento: 12 de dezembro de 2024 (15:13). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 12 nov 2024, 15:15:33

Operador com email fabiane.dumont@funpresp.com.br na Conta 5a7ad025-01a9-4c15-ba9e-30a8be81b5c5 adicionou à Lista de Assinatura: fabiane.dumont@funpresp.com.br para assinar como testemunha, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Fabiane de Sousa Dumont e CPF 005.987.071-07.

12 nov 2024, 15:15:33	Operador com email fabiane.dumont@funpresp.com.br na Conta 5a7ad025-01a9-4c15-ba9e-30a8be81b5c5 adicionou à Lista de Assinatura: ibsen.aguiar@funpresp.com.br para assinar como testemunha, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Ibsen Naezio Alves Aguiar e CPF 043.308.441-33.
12 nov 2024, 15:15:33	Operador com email fabiane.dumont@funpresp.com.br na Conta 5a7ad025-01a9-4c15-ba9e-30a8be81b5c5 adicionou à Lista de Assinatura: roberto.trindade@funpresp.com.br para assinar como contratante, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Roberto Machado Trindade e CPF 099.533.531-15.
12 nov 2024, 15:15:33	Operador com email fabiane.dumont@funpresp.com.br na Conta 5a7ad025-01a9-4c15-ba9e-30a8be81b5c5 adicionou à Lista de Assinatura: cleiton.araujo@funpresp.com.br para assinar como contratante, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Cleiton dos Santos Araújo e CPF 851.631.201-15.
12 nov 2024, 15:15:34	Operador com email fabiane.dumont@funpresp.com.br na Conta 5a7ad025-01a9-4c15-ba9e-30a8be81b5c5 adicionou à Lista de Assinatura: marcelo.gomes@compliancetotal.com.br para assinar como contratada, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo MARCELO BOROWSKI GOMES e CPF 629.044.509-04.
12 nov 2024, 15:16:33	Roberto Machado Trindade assinou como contratante. Pontos de autenticação: Token via E-mail roberto.trindade@funpresp.com.br. CPF informado: 099.533.531-15. IP: 177.235.43.221. Componente de assinatura versão 1.1047.1 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
12 nov 2024, 15:16:43	Fabiane de Sousa Dumont assinou como testemunha. Pontos de autenticação: Token via E-mail fabiane.dumont@funpresp.com.br. CPF informado: 005.987.071-07. IP: 177.205.78.108. Componente de assinatura versão 1.1047.1 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
12 nov 2024, 19:05:32	Cleiton dos Santos Araújo assinou como contratante. Pontos de autenticação: Token via E-mail cleiton.araujo@funpresp.com.br. CPF informado: 851.631.201-15. IP: 189.85.93.174. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -15.7915298 e longitude -47.8921573. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location . Componente de assinatura versão 1.1047.1 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
13 nov 2024, 11:14:51	Ibsen Naezio Alves Aguiar assinou como testemunha. Pontos de autenticação: Token via E-mail ibsen.aguiar@funpresp.com.br. CPF informado: 043.308.441-33. IP: 179.214.115.236. Componente de assinatura versão 1.1047.1 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
13 nov 2024, 14:18:24	MARCELO BOROWSKI GOMES assinou como contratada. Pontos de autenticação: Token via E-mail marcelo.gomes@compliancetotal.com.br. CPF informado: 629.044.509-04. IP: 189.0.79.253. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.471731874999996 e longitude -46.8451494583332. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location . Componente de assinatura versão 1.1047.1 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
13 nov 2024, 14:18:24	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número ef2f1f0f-3814-46be-bfd1-1b2f73472cae.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº ef2f1f0f-3814-46be-bfd1-1b2f73472cae, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.